

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 549.503 - SP (2019/0361724-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**EMBARGANTE : JONATHAN FERREIRA BERTOCCI (PRESO)**  
**ADVOGADO : JORGE LUÍS GALLI - SP390632**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS*.  
VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO  
PENAL NÃO DEMONSTRADOS. EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por JONATHAN FERREIRA BERTOCCI contra a decisão de fls. 240-243, por intermédio da qual foi denegada a ordem de *habeas corpus*. O *decisum* está sintetizado na seguinte ementa (fl. 240):

"HABEAS CORPUS. *PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENDIDA (198,16G DE COCAÍNA). MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.*"

Nas respectivas razões, alega o Embargante que (fl. 246):

*"As razões do presente Habeas Corpus se fundam na justificação da magistrada sentenciante para determinar o início de cumprimento da pena em regime fechado, pois, ao conceder o tráfico privilegiado, não pode submeter o paciente/embargante aos rigores da lei dos crimes hediondos, entendimento pacífico desta Colenda Turma.*

*Diante disso, os presentes embargos se prestam a corrigir claro erro no Acórdão que denegou a ordem de Habeas Corpus, ante ao evidente equívoco de interpretação, onde sequer fora ventilada a hipótese de desnecessidade da prisão preventiva, até mesmo porque, como dito, o paciente/embargante já vem cumprindo sua pena."*

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de

# Superior Tribunal de Justiça

declaração destinam-se a suprir eventual omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no julgado.

No caso, **ao contrário do alegado pelo Embargante**, o *mandamus* foi impetrado contra o acórdão proferido no HC n.º 2246183-50.2019.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio do qual foi examinada **tão somente** a idoneidade dos fundamentos da prisão preventiva decretada em seu desfavor.

A petição inicial do writ é clara ao impugnar aquele ato judicial, especialmente quando particularizou a insurgência na alegação de que "*a prisão preventiva se mostra extremamente desproporcional, desnecessária e inadequada ao presente caso, como será demonstrado a seguir*" (fl. 5), e, ao final, formulou os seguintes pedidos (fl. 9-10; sem grifos no original):

"1 – O julgamento de total procedência do presente Habeas Corpus, a fim de que seja concedida a ordem, **com a consequente revogação da prisão preventiva**, expedindo-se imediatamente alvará de soltura em favor do paciente;

2 – Subsidiariamente, requer-se a **aplicação de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão**, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal, preferencialmente aquela consistente no comparecimento periódico em juízo;

3 – Por outro lado, se esta Corte entender pela aplicação de outra medida cautelar prevista na lei 12.403/2011, o paciente com toda certeza cumprirá satisfatoriamente qualquer determinação que lhe for imposta, a fim de que seja expedido o necessário Alvará de Soltura, eis que a regra é responder em liberdade."

Dessa forma, o *decisum* ora embargado ateu-se aos **limites da controvérsia apresentada** nos presentes autos.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora